

Reflexões sobre a abordagem macro e micro na História.

JOSÉ CARLOS DA SILVA CARDOZO¹

Resumo

O texto apresenta uma reflexão sobre a possibilidade de integração entre duas abordagens historiográficas – a macro, que permite a construção de séries, e a micro, que permite a reconstrução de trajetórias e relações sociais -, com a finalidade de disponibilizar ao pesquisador um melhor aproveitamento das informações históricas a seu alcance.

Palavras-Chave

Macro-História, Micro-História, História Social.

Abstract

The text presents a reflection on the possibility of integration between two historiographical approaches – a macro one, which allows for the making of series, and a micro one, which allows for the reconstruction of social trajectories and relations – with the aim of providing the researcher with better use of the available historical information.

Keywords

Macro History, Micro History, Social History.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo incentivar a reflexão sobre a possibilidade de trabalhar metodologicamente a macro e a micro-história com a finalidade de enriquecer a construção histórica. Já que a macro-história possibilita a construção de generalizações e a micro-história enfoca o sujeito, por que não unir essas duas abordagens para melhor compreensão da História? Para tanto, faz-se necessária a utilização de fontes que não só permitam a construção de séries, pela sua homogeneidade, como igualmente possibilitem a investigação dos indivíduos dentro da sociedade em análise.

¹ Vinculação institucional UNISINOS/UFRGS

De uma história total para uma história em migalhas

No artigo de abertura de *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia* (1997), Ciro Flamarion Cardoso apresenta dois paradigmas, denominando-os de rivais: o iluminista ou moderno e o pós-moderno. O primeiro estaria baseado nas grandes interpretações, alicerçado nas primeiras gerações dos *Annales*, e o segundo traz a particularização de lugares e significados. José Carlos Reis, em artigo provocante, apresenta a desvalorização do primeiro em favor do segundo, “da história global à história em migalhas”, o qual apresenta que o projeto iluminista

[...] é profundamente otimista: crê na razão e em seu papel de sempre ver claro e de construir um mundo histórico-social segundo os seus parâmetros. A história é considerada como uma construção e realização da subjetividade universal, como um processo racional, inteligível. [Tendo por objetivo] a decifração do universal por de trás do particular; a vontade de potência seria o domínio do particular enquanto particular – que seria pura violência, ou seja, a falta de sentido. A ação do particular dominada pelo universal não seria violência, pois realização do sentido (REIS, 2000, p. 178-179).

Para os pesquisadores vinculados a esse paradigma, a história seria entendida como um processo global, unificado, que focaliza a construção de um “sujeito-coletivo”.

Essas definições, contudo, foram postas em suspenso pelas Ciências Sociais através do estruturalismo, que estabelece que o homem não é só sujeito, mas também objeto, resultado. Na visão estruturalista do homem e da sociedade,

[...] a ‘consciência’ não predomina: o homem não é inteiramente sujeito e livre e a sociedade não é dominada por teleologia. Portanto, se o homem e a história não são transparentes, a ‘reflexão total’[...] não é recomendável [...] A ação deve ser feita com apoio de uma planificação limitada no tempo, de recursos técnicos, de pesquisas localizadas, de previsões determinadas e quantificadas. O objetivo dessa limitação teórica da ação é o seu controle (REIS, 2000, p. 181).

Para estes, a história deveria objetivar compreender empiricamente a realidade social; desconfiar do indivíduo, da consciência, da razão. Nesse bojo, surge o que José Carlos Reis chama de Pós-Estruturalismo. Esse autor revelaria o estruturalismo como ainda defensor do discurso da razão: os pós-estruturalistas não querem mais verdades históricas, pois o universal não é possível. Assim, o pós-estruturalismo ou a Pós-Modernidade

[...] desconstrói, deslegitima, deslembra, desmemoriza o discurso da ‘razão que governa o mundo’. O conhecimento histórico pós-estruturalista aborda um mundo humano parcial, limitado, descentrado, em migalhas. Aparece um olhar em migalhas, assistemático, antiestrutural, antiglobal, curioso de fatos e indivíduos. A biografia volta com força total, mas diferente da tradicional. A análise pessoal substitui a busca da ‘tomada de consciência’ da verdade universal. A verdade universal se pulverizou em análises pessoais (REIS, 2000, p. 184).

A terceira geração dos *Annales* colocou em suspenso o antigo paradigma, e muitos dos seus adeptos adotaram como nova forma do *fazer* histórico o paradigma pós-modernista ao verificarem que a idéia da totalização seria difícil, ou mesmo impossível, de ser alcançada.

Dessa forma, opuseram-se ao que Michel Foucault procurou definir como História Global. “Para Foucault, o projeto de uma História Global é o da restituição do conjunto de uma civilização, do princípio de uma sociedade, da significação comum a todos os fenômenos de um período, da lei que dá conta de suas coesões, do ‘rosto de uma época” (REIS, 2000, p. 197).

A terceira geração dos *Annales* “esmigalhou a História”. Tudo se tornou curioso e histórico, mas nada se ligava a um projeto de compreensão global como no pós Fernand Braudel¹. François Dosse (2003), em livro originalmente publicado em 1987, apresenta, primeiramente, a expressão *Histoire en miettes* (História em migalhas), em que questiona os rumos que a terceira geração dos *Annales* estava a seguir. Critica também a descontinuidade do projeto de História Global dos antigos mestres; para o autor, o importante seria a valorização dos eventos e a explicação lógica globalizante.

José Carlos Reis apresenta que a pluralidade demonstra a abertura dos *Annales* a novos “Ventos da História” e que seus partidários, influenciados pela Antropologia, haviam aderido a “descrições, narrativas, indivíduos, biografias, excluídos, periféricos, marginais, sexo, bruxaria, mundos históricos micros... não se busca mais um sentido global para a História e a integração da consciência em uma totalidade passa a ser considerada impossível” (REIS, 2000, p. 191).

Indagamo-nos sobre essa variação tão grande na forma de conduzir as abordagens e encontramos algumas repostas:

Ciro Flamarion Cardoso (1997) esclarece que, no início da afirmação da História como ciência, caso não fosse seguida a orientação iluminista, o conhecimento histórico não conseguiria responder às inquietações surgidas da prática social do homem.

No início do século XX, havia a necessidade de esclarecimentos que fossem globalizantes e não os que explicassem casos particulares ou isolados; isso ocorreu com todas as Ciências Humanas na ambição por legitimação no ambiente universitário, por meio da busca pelas Cátedras disciplinares², que eram o ponto máximo do reconhecimento acadêmico. No entanto, por volta de 1968, num contexto de grande turbulência social, muda-se a abordagem de investigação. Já que o Global não poderia ser atingido, como apontado acima, os pesquisadores deveriam levar

[...] em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações (imaginário), crenças, valores, desejos. [Assim,] seria recomendável abandonar o analítico, o estrutural, a macroanálise, a explicação – ilusões científicas – em favor da hermenêutica, da micro-história, da valorização das interações intencionalmente dirigidas, da concepção da história como sendo narrativa e literária (CARDOSO, 1997, p. 16-17).

Nesse contexto pós-68, os pesquisadores direcionaram seu olhar para objetos mais particulares, para os indivíduos, não os indivíduos famosos de antes, mas pessoas “comuns”. Não almejavam mais conhecer o todo, devido à impossibilidade de esse ideal ser alcançado, trocando-o por objetos recortados, delimitados. Essa nova geração de pesquisadores desejou estudar tudo, mas o todo, não mais.

As três gerações *Annales*

Nas décadas de 10 e 20 do século XX, as Ciências Humanas viram emergir um novo *fazer* histórico. Insatisfeitos com a produção limitada da história que estudava grandes homens (reis, nobres, generais etc.) ou países importantes, eventos políticos ou militares, negligenciando as forças, fossem elas estruturais ou coletivas, que neles havia; Marc Bloch e Lucien Febvre promovem uma *nova História*.

Eles viram a necessidade de a História ser mais ampla, abrangente e globalizante; essa necessidade surgia pelo fato de o homem ser complexo, não necessariamente um reflexo de grandes personagens, mas um ser singular, com formas de pensar, agir e sentir diferentes daquelas.

Como decorrência disso, Bloch e Febvre, alinhados em torno da Revista *Annales*, que foi lançada em 1929, procuraram ampliar as possibilidades do *fazer* histórico através do diálogo mais próximo com as Ciências Sociais, buscando conceitos e ferramentas que possibilitassem ao historiador conhecer o homem, por mais complexo que este fosse.

Peter Burke, reconstituindo o movimento dos *Annales*, apresenta as 3 idéias que orientaram a Revista e, conseqüentemente, a produção desses *novos* historiadores. São elas:

em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e outras tantas (BURKE, 1997, p. 11-12).

Esse movimento dos *Annales* é habitualmente dividido em 3 gerações ou fases.

A primeira é estabelecida entre 1920 a 1945 e se caracteriza por ser composta por um grupo pequeno, mas radical e subversivo à história política e à história dos eventos, marcado pela atuação de Bloch e Febvre. Depois da 2ª Grande Guerra os *Annales*, já no *establishment* do *fazer* histórico, solidificaram-se com conceitos próprios como estrutura e conjuntura e métodos novos como a seriação na longa duração. Esse período foi marcado pela “soberania” do discípulo de Febvre, Fernand Braudel. Contudo, a terceira geração, ou fase dos *Annales*, que se inicia pelos meados de 1968, é marcada pela fragmentação ou, como prefere François Dosse, pelo esmigalhamento da história. No período que se seguiu ao pós-68, nenhum pesquisador foi, por assim dizer, bússola do movimento, como outrora Bloch, Febvre e Braudel (BURKE, 1997).

Obviamente não podemos generalizar afirmando que todo o movimento historiográfico do século XX restringia-se aos membros dos *Annales*, mas estes se tornaram hegemônicos no *fazer* histórico pela sua história-problema e pelas novas possibilidades de investigação que antes eram restritas às figuras ou eventos dos grandes homens. Assim, esse movimento influenciou o rejuvenescimento do *fazer* histórico.

Dentro desse movimento, iremos nos focar primeiramente na 2ª geração ou fase, a da macro-história ou história serial/quantitativa, para depois direcionarmos nosso olhar para a última, em específico para aqueles membros que se utilizam da abordagem da micro-história.

A macro-história

Fernand Braudel procurou unir a história-problema com a história total, indo de uma geo-história a uma história quantitativa dos historiadores demógrafos e economistas.

A história serial refere-se a um tipo de fonte³ que permite a seriação dos dados, o que possibilita não só a verificação de padrões como também possibilita a identificação de variações nesse padrões. Em outras palavras, o que define uma história serial é a busca pela recorrência e a variação em uma fonte ou conjunto de fontes documentais homogêneas.

Já a história quantitativa terá seu foco voltado para o número, a quantidade, o que será mensurado, havendo a necessidade de aplicação de técnicas matemáticas e estatísticas. Dessa forma, a seriação precede a história quantitativa uma vez que, dependendo do seu problema de origem, pode ser necessário apenas repetir a informação sem haver preocupação com quantidades.

Conforme Júlio Arostegui:

as técnicas de análise quantitativas são muito posteriores as da análise qualitativa. A quantificação foi compreendida em suas origens como uma forma de controlar toda a carga subjetiva que o tratamento dos fenômenos sociais sempre traz ao pesquisador. A aplicação das técnicas matemáticas à análise dos fenômenos sociais é antiga, mas o fato é que no transcurso do tempo certas ciências sociais, como a economia, dotaram-se de um aparato matemático que as transformou completamente (AROSTEGUI, 2006, p. 515).

Como exemplo, tem-se a demografia histórica, ou melhor, a história demográfica. Na década de 50 do século XX, o demógrafo Louis Henry, do Institut National d'Etudes Demographiques (INED – França), transfere seu olhar de pesquisador das populações atuais para as populações do passado, através do método de reconstituição de famílias, que utiliza os registros eclesiásticos de nascimento, casamento e óbito de uma localidade, o que lhe permite assim verificar o comportamento demográfico dessa localidade num tempo delimitado.

As teses que surgiram utilizando essa metodologia, em muitos casos, foram apenas coletoras de dados sem problematizá-los. Hoje, esse *fazer* histórico não cabe mais, essa mera apresentação e descrição dos dados não são mais tão edificantes como eram anteriormente; atualmente, há a necessidade de se problematizarem os dados coletados e não apenas colocá-los no papel, “o número pelo número”. Assim, a novidade estatística, que tanto insuflou pesquisas nas décadas de 1950-1980, já não

responde às demandas atuais. Além disso, devido ao tempo necessário para coleta e análise das fontes durante a realização de trabalhos históricos demográficos, torna-se difícil utilizar essa metodologia em pesquisas de graduação ou pós-graduação.

Atualmente, bons trabalhos têm sido feitos utilizando a metodologia da demografia histórica⁴ os quais interrogam seus dados, apresentando possibilidades de interpretação, mas ainda continuam, para muitos pesquisadores, com o estigma de seus antecessores.

No entanto, isso não é só dificuldade dos historiadores demógrafos, pois os que se apoiam numa história quantitativa correm o mesmo risco de serem considerados meros descritores de variação de preços, de população ou objetos. A própria história agrária costumeiramente é acusada, pela sua herança, de ser “contadora de vacas e bois”!

Atualmente, há a renovação do *fazer* histórico quantitativo. As novas gerações estão problematizando suas informações e integrando-as com outras áreas do conhecimento para poderem apresentar possibilidades de respostas para esses dados; a história quantitativa não é mais aquela história da metade do século XX, ela evoluiu para além do uso da estatística e da informática, oportunizando novas indagações sobre o passado e mesmo colocando em suspenso antigos preceitos já estabelecidos na historiografia.

Júlio Arostegui afirma que

quantificar as variáveis que intervêm em um fenômeno histórico e expressar suas relações através de medidas, de equações, através da linguagem matemática de nível mais ou menos elevado, não é nunca o ‘objetivo’ de uma pesquisa, mas como sempre, um instrumento de preparação dos dados. [...] A quantificação permite encontrar relações, explicações de comportamentos, que muitas vezes permanecem ocultas a uma pesquisa qualitativa. [...] Mas quantificar não é nunca um fim em si mesmo (AROSTEGUI, 2006, p. 538).

Então, por que ainda há essa censura a esses estudos? Será pela generalização das informações que estes apresentavam?

Dentro do novo paradigma (Pós-Moderno), as generalizações não são mais confiáveis. Nem todos teriam os mesmos comportamentos ou formas de *ser* e *estar*. A generalização das informações e dos problemas suscitados em decorrência disso é um dos grandes dilemas que a história quantitativa enfrenta atualmente. As pessoas e, principalmente, as editoras, que são movidas pela preferência dos consumidores, querem conhecer as pessoas de “carne e sangue” da história, não se satisfazem mais em saber de sínteses, querem algo que se assemelhe a uma história literária, a uma

narrativa, sem tabelas ou números, mas informações diretas e de preferência exóticas.

Preocupada com a generalização, a macro-história não se detinha com o singular, com o homem isolado; buscava, sim, todos os homens, o número, almejava as médias e os desvios para formular suas perguntas e responder a suas inquietações.

Giovanni Levi apresenta a variação dessa discussão:

[...] o leitor pode obter a informação por meio de sínteses que ampliam a perspectiva temporal e espacial, mas trazem o risco da simplificação que pode falsear as coisas; ou pode, ao contrário, ser sensibilizado para complexidade de um problema por meio de procedimentos de generalização baseados em observações minuciosas, em que a ampliação no microscópio permite sublinhar a multiplicidade dos elementos em jogo. Penso que boa parte do debate 'micro'/ 'macro' pode ser entendida nessa perspectiva (LEVI, 1998, p. 204).

Micro-história

Primeiramente, como o nome dessa abordagem já indica, este termo se refere à escolha, por parte do pesquisador, pela redução da escala de análise, seguido da investigação intensiva desse objeto.

Quando se fala em micro-história, o primeiro nome que vem à mente é o de Carlo Ginzburg e seu *Queijo e os Vermes* (2006), mas essa abordagem não se restringe a ele somente⁵; apesar de esse autor ser o seu maior expoente, há Edoardo Grendi, Giovanni Levi, entre outros. O trabalho de doutoramento publicado em livro, de Henrique Espada Lima, *A micro-história italiana: Escalas, indícios e singularidades* (2006) é um esforço de resgatar e apresentar ao público um pouco do que seriam as *gens* da micro-história *madre*. Nessa pesquisa, o autor procurou reconstituir o ambiente cultural e intelectual italiano nos anos 70, quando se aplicaram e se difundiram estudos baseados em pesquisas de micro-história.

A micro-história nasceu na Itália como resposta às inquietações de historiadores nos anos 70. A questão que se colocou foi a dificuldade de realização, país, de uma história social arraigada às influências de Benedetto Croce, além da insatisfação com a tradição marxista de análise, que não mais satisfazia em responder à complexidade social italiana.

O objetivo dos micro-historiadores era: "... analisar situações, especificar ações individuais, acontecimentos precisos, redes capilares de relações, mas sem perder de vista a realidade mais global" (PESAVENTO, 2000, p. 214) .

Os micro-historiadores objetivaram, através da redução de escalas, compreender fenômenos que não seriam perceptíveis em outra análise mais generalizante. Eles não estudam, necessariamente, uma história local, um espaço recortado; buscam compreender trajetórias⁶, práticas sociais⁷, um crime,⁸ ou outro fenômeno (fragmento social) que o investigador avalie como esclarecedor da questão (problema) que se impõe.

Assim, a prática micro-histórica procura perceber o que, de outra forma, seria deixado de lado pela macro-história. Por meio da redução da escala, o pesquisador indaga detalhadamente seu objeto valendo-se de uma gama de outras fontes, semelhantes ou não, para compreender seu objeto.

Ao propor a redução da escala de análise, o micro-historiador não deseja apenas compreender a sociedade como um todo, mas, sim, a partir de um fenômeno, poder compreender a “realidade” que circunda esse fenômeno.

Dessa forma,

os historiadores da micro-história acabam por demonstrar que o social passado não é um dado posto, um fato definido, mas algo reconstruído a partir de interrogações e questões postas... a tarefa de micro-história tem sido, sobretudo, uma prática de experimentação que recusa as evidências e aparências da realidade para resgatar os detalhes e traços secundários, num entrecruzamento máximo de relações (PESAVENTO, 2000, p. 223).

Buscam encontrar o que Edoardo Grendi cunhou como “excepcional normal”, que apresenta, segundo Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989), dois significados, a saber: o primeiro refere-se ao documento que é aparentemente excepcional, mas que se constitui como uma prática comum no cotidiano social; e o segundo é o documento que é, por si, excepcional, o que pode dar conta de uma norma do cotidiano social.

Novamente, Giovanni Levi esclarece que optar pela análise micro não resolve todas as inquietações que podem surgir, mas que escolher uma visão global pode trazer problemas de interpretação ao pesquisador.

Não considero que todo o problema histórico ganhe em ser tratado num nível microanalítico. [...] escolher uma escala de observação significa escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa. [...] obter (e fornecer) a visão global de um problema passa necessariamente por simplificações que podem dar origem a verdadeiras ilusões de óptica e a interpretações inconscientemente [...] errôneas (LEVI, 1998, p. 203).

Em crítica a Braudel e sua “longa duração”, Levi afirma que é nos mínimos detalhes do cotidiano que se compreenderá a rede complexa que forma uma sociedade. O autor acredita também que é nas diferenças regionais, locais e individuais que se demonstram as raízes históricas.

Carlo Ginzburg e Carlo Poni esclarecem ainda que

na perspectiva de longo período... é difícil compreender os problemas quotidianos da sobrevivência. Raciocina-se por médias decenais, médias móveis, extraídas de folhas quase logarítmicas. A vida real... é largamente posta à margem. E a visão de longo período pode gerar uma abstrata, homogeneizada história social, desprovida de carne e sangue e não convincente apesar de seu estatuto científico” Assim, “não é arriscado supor que a voga crescente das reconstituições micro-históricas esteja ligada às dúvidas crescentes sobre determinados processos macro-históricos (GINZBURG; PONI, 1989, p. 171-172).

Mas, com todas as vantagens apontadas acima, por que ainda a micro-história não conseguiu se tornar “soberana” sobre o antigo paradigma iluminista?

O que há, em muitos casos, é a crítica pelo isolamento que se dá ao fenômeno, as interpretações pessoais destes e a sobreposição de indivíduos e/ou eventos, sem levar em conta uma possível ou real relação entre eles.

Ciro Flamarion Cardoso apresenta uma das críticas que esse grupo recebe:

os pós-modernos costumam, com efeito, ser mais apodícticos e retóricos do que argumentativos: abundam em seus textos afirmações apresentadas com se fossem axiomáticas e auto-evidentes, não sendo demonstradas – como se bastasse dizer ‘eu acho’, ‘eu quero’, ‘minha posição é’... Nem mesmo se preocupam com a refutação detalhada e rigorosa das posições contrárias (CARDOSO, 1997, p. 19-20).

Para demonstrar um pouco dos riscos que a micro-história pode trazer, olhemos, em especial, para Carlo Ginzburg e seu *Queijo e os Vermes*, através da argumentação de Sandra Pesavento.

A autora resgata o estudo de Jean Boutier, Philippe Boutry e Andrea Del Col. Os dois primeiros apontam – em tom de ironia - a coincidência “surpreendente” que Ginzburg verificou entre o mito cosmológico dos pastores (como aparece nos Vedas) e as argumentações de Menocchio, hipótese que o teria levado a concluir que se tratava de “provas, traços” da tradição cosmogônica milenar levada de geração a geração pela oralidade. Já Andrea Del Col, que publicou na íntegra o processo de Inquisição de Menocchio, aumenta a possibilidade de compreensão, apresentando outra análise, em que não incidiria sobre essa cultura popular vinculada às ideias, por Ginzburg, a Menocchio.

Nas palavras de Sandra Pesavento, Carlo Ginzburg teria nessa obra:

incurrido em um excesso interpretativo, inferindo além daquilo que os documentos permitiam, através da sua 'autoridade de fala', do seu 'capital simbólico' de grande historiador. Ou seja, Ginzburg teria confrontado a interpretação de Menocchio com a sua interpretação, recorrendo à escala das analogias e descobrindo 'coincidências' extraordinárias em um contexto que a rigor, não o autorizava a tanto... Teria, para finalizar, transformado o indício em prova e não teria levado em conta o contexto, exterior à documentação pesquisada [...] (PESAVENTO, 2000, p. 229).

Esses são alguns dos problemas que não permitem aos pós-modernos tornarem-se hegemônicos no *fazer* histórico.

Mas haveria outra possibilidade? Uma “alternativa” que permitisse ao pesquisador compreender o contexto social e analisar casos particulares? Sim, historiadores já utilizaram outros modelos de *fazer* História, os quais investigam fenômenos e percebem o *ser* e o *estar* deste em um contexto social mais amplo⁹.

A união do macro e do micro: uma possibilidade

Quando iniciamos nossa reflexão propondo a possibilidade de se investigar um problema utilizando as duas abordagens, foi por acreditar que a união das metodologias poderia trazer melhores respostas ou respostas mais plausíveis para o problema histórico definido pelo pesquisador. Ambas não são mais unanimidades entre os historiadores, colocando-se dúvidas pelos partidários sobre a integridade das informações e mesmo sobre as respostas a essas informações.

Já que a história serial e a quantitativa podem apresentar um contexto social mais amplo da sociedade em estudo e a micro-história pode seguir alguns personagens para saber como estes se comportavam nesse contexto mais amplo, por que não retirar o melhor de cada e realizar uma história mais “complexa” que avalie essas variantes, percebendo a generalização e os homens de “carne e sangue”?

Jacques Revel (2000), profundo admirador e difusor da micro-história italiana na França, aponta que o incômodo aos micro-historiadores é a “naturalização” que os macro-historiadores fazem; o que esse autor critica é o fato de se generalizarem o *ser* e o *estar* desses indivíduos, as normas provenientes das médias e variações destes.

Contra essa naturalização, por que não, depois dos levantamentos feitos, selecionar casos exemplares e investigá-los apoiado em uma análise micro-histórica?

Em vez de escolher casos aleatórios num universo documental, por que não conhecer esse universo documental e depois selecionar os casos?

Carlo Ginzburg e Carlo Poni, em *O nome e o como: troca desigual no mercado historiográfico* (1989), recomendam que, através do fio de Ariana (o nome), o pesquisador possa iniciar a pesquisa por qualquer localidade ou arquivo, seja ele paroquial, notarial ou outro qualquer, com a finalidade de selecionar as pessoas que deseja estudar; no entanto, incentivamos o inverso: através da seriação dos documentos, quantos outros Menocchios poderia haver no norte da Itália ou mesmo no Friuli?

Por que não unir o refinamento metodológico da história serial ou quantitativa, que explicita, com rigor, seus critérios de análise documental com a verificação individual dos sujeitos por detrás de números?

Cito dois trabalhos de História do Brasil produzidos por gaúchos que “migraram” para o Rio de Janeiro, para fazerem os seus doutorados, Fábio Kuhn (2006) e Luís Augusto Farinatti (2007).

O primeiro buscou compreender as estratégias familiares e políticas, além da afirmação das famílias de elite, no período de 1720 a 1780 na área correspondente à Vila de Laguna (SC) e aos Campos de Viamão (RS), cabendo ressaltar que as fronteiras não eram algo estanque nessa sociedade, como são atualmente entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O autor valeu-se de uma gama de documentos de variada natureza, como registros paroquiais, notariais, correspondências etc. Partiu de uma análise serial dos documentos, principalmente os “por natureza” de uso da história demográfica (fontes eclesiásticas), para depois acompanhar algumas famílias nesse período, desde a Vila de Laguna até o estabelecimento destas nos Campos de Viamão enfatizando as influências que estas mantinham na terra deixada e as que reproduziram em novo solo.

O segundo trabalho objetivou primeiramente construir uma base serial para depois compreender os mecanismos de ascensão e reprodução das famílias de elite agrária em Alegrete (RS), no período de 40 anos que vai de 1825 a 1865. Farinatti utiliza, para tanto, documentos como inventários *post mortem*, relatos de viajantes, documentos administrativos e contas de herança. O autor deixa claro em sua pesquisa que se apoiará nas duas abordagens (a serial e a micro). Após a construção da base serial, buscou seguir a trajetória das pessoas selecionadas por suas especificidades e as relações da elite agrária de Alegrete para poder compreender como essa elite estava se comportando dentro desse contexto social mais amplo.

Será muita coincidência constatar que ambos os trabalhos tenham usado como inspiração *A herança imaterial* (2000) de Giovanni Levi? Nesse livro, o autor, usando as abordagens macro e micro, contrariou a noção de que o sujeito é

condicionado fortemente pela sua posição dentro das estruturas sociais e econômicas; Levi apresentou que o sujeito possui liberdade, mesmo que limitada, dentro de um contexto social condicionante, para realizar escolhas, e justamente isso foi buscado nesses trabalhos de doutorado.

Essas teses, entre outros trabalhos, demonstram não ser incompatível a utilização das duas abordagens para a construção de pesquisas históricas refinadas, que busquem compreender o panorama geral em que seu objeto de pesquisa está inserido, e que é possível instigar os dados gerais por meio da trajetória de alguns indivíduos que podem ser casos exemplares, pois o pesquisador, ao conhecer o todo de seus dados, pode selecionar melhor os indivíduos e as histórias a serem analisadas.

Acreditamos que, com esta reflexão demonstramos o desejo de estimular a integração entre essas abordagens, pois os modelos metodológicos não precisam funcionar de maneira rígida: desde que os pesquisadores tenham conhecimento de suas potencialidades, cada método pode enriquecer um estudo, dar perspectivas variadas, ser complementar. Júlio Arostegui (2006) salienta que as técnicas utilizadas para análises históricas são intercambiáveis e que é ofício do historiador conhecer e aplicar adequadamente a técnica metodológica apropriada para a realização de um estudo. Atualmente, verifica-se essa tendência de unir diferentes abordagens metodológicas atenuando, assim, as limitações de cada uma e potencializando suas qualidades para a edificação de pesquisas mais refinadas, que possam corrigir ou ratificar os estudos históricos, não objetivando a antiga História total ou a História em migalhas, mas, sim, uma História que responda satisfatoriamente - e de forma mais verossímil - aos fenômenos passados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AROSTEGUI, J. Métodos e Técnicas na Pesquisa História. In: _____. *A pesquisa Histórica*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2006. p. 513-59.
- BACELLAR, C. *Os senhores de terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista (1765-1855)*. Campinas: Centro de Memória UNICAMP, 1997.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

- CARDOSO, C. F. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 1-23.
- CARDOZO, J. C. S. O Juizado de Órfãos de Porto Alegre e a Tutela de Menores: A formação do futuro cidadão através do trabalho. *Aedos - UFRGS*, 4, 2, p. 146-156, 2009.
- DOSSE, F. *A História em Migalhas: Dos Annales a nova história*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003.
- FARINATTI, L. A. E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- FAUSTO, B. *O crime do restaurante chinês: Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, C.; PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-78.
- KUHN, F. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.
- LEVI, G. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 203-24.
- LEVI, G. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, H. E. *A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MATOS, P. L. *O Nascimento fora do Matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910*. Guimarães: N.E.P.S/I.C.S. da Universidade do Minho, 2007..
- MUCCHIELLI, L. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n°41, p. 35-54. 2001.
- OLIVEIRA, V. P. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais (meados do século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

PESAVENTO, S. J. Esta história que chamam micro. In: GUAZZELLI, C. A. B.; *et al.* (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 209-234.

REIS, J. C. Da “história global” à “história em migalhas”: o que se perde, o que se ganha. In: GUAZZELLI, C. A. B.; *et al.* (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 177-208.

REVEL, J. A história ao rés do chão. In: LEVI, G. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-37.

SERNA, J.; PONS, A. El ojo de la aguja. ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistoria? In: TORRES, P. R. (Org.). *La Historiografía*. Madri: Marcial Pons, 1993. p. 93-133.

SCOTT, A. S. V. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste de Portugal (Séc. XVIII a XIX)*. Guimarães: N.E.P.S/I.C.S. da Universidade do Minho, 1999.

WITTER, N. A. *Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

¹ Braudel foi grande difusor da proposta dos *Annales* recebendo muitos estudantes de outros lugares do mundo servindo como orientador de tese destes. Ele buscava compreender o todo de uma sociedade. Conforme Peter Burke, ele “desejava ver as coisas em sua inteireza, integrar o econômico, o social, o político e o cultural na história ‘total’. ‘Um historiador fiel às ligações de Lucien Febvre e Marcel Mauss desejará sempre ver o todo, a totalidade do social’”. BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997. Dessa forma, foi incentivador da compreensão total de problemas de pesquisa.

² O artigo de Laurent Mucchielli apresenta as estratégias e as redes sociais de três intelectuais (Durkheim, Tarde e Worns) na busca pela legitimação da sociologia na universidade francesa, demonstrando que essa busca por legitimação científica não foi esforço de apenas algumas áreas que buscavam reconhecimento, mas um sintoma amplo nas Ciências Humanas. MUCCHIELLI, L. “O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n°41, p. 35-54. 2001.

³ Homogêneas e referentes a um período.

⁴ Dos discípulos de Maria Luiza Marcílio (a primeira a introduzir os estudos históricos demográficos no Brasil, que foi orientada por Louis Henry e por Fernand Braudel) podemos destacar Carlos Bacellar e o estudo intitulado *Os senhores de terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista (1765-1855)*. Campinas: Centro de Memória UNICAMP, 1997; e o de Ana Silvia Volpi Scott intitulado *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste de Portugal (Séc. XVIII a XIX)*, Guimarães, N.E.P.S/I.C.S. da Universidade do Minho, 1999. Dentro dessa nova geração de historiadores demógrafos podemos citar o trabalho de doutoramento de Paulo Lopes Matos intitulado *O Nascimento fora do Matrimônio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910*. Guimarães, N.E.P.S/I.C.S. da Universidade do Minho, 2007.

⁵ O texto de Justo Serna e Analet Pons *El ojo de la aguja ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistoria?* é um exemplo de que a micro-história não é só Ginzburg; tem que se levar em conta outros trabalhos de outros micro-historiadores para poder compreender essa abordagem: SERNA, J.; PONS, A. *El ojo de la aguja. ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistoria?* In: TORRES, P. R. (Org.). *La Historiografía*. Madri: Marcial Pons, 1993. p. 93-133.

⁶Como exemplo ver: OLIVEIRA, V. P. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais (meados do século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

⁷ Como exemplo ver: WITTER, N. A. *Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

⁸ Como exemplo ver: FAUSTO, B. *O crime do restaurante chinês: Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁹ Como exemplo, pode-se usar o trabalho de SCOTT, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste de Portugal*. Além deste, no artigo intitulado *O Juizado de Órfãos de Porto Alegre e a tutela de menores: a formação do futuro cidadão através do trabalho*, exploramos as benesses que a construção de séries documentais possibilita no momento de selecionar casos exemplares ou não para análise, pois, somente quando conheci o todo, pude refinar os casos escolhidos para serem trabalhados no artigo, bem como, através dessa seriação, encontrei outras questões que a simples análise qualitativa das fontes não deixou transparecer. Ver: CARDOZO, J. C. S. “O Juizado de Órfãos de Porto Alegre e a Tutela de Menores: A formação do futuro cidadão através do trabalho”. *Aedos - UFRGS*, 4, 2, p. 146-156, 2009.